

ASPECTOS DA CONCORDÂNCIA VERBAL EM USO

Regina Helena Pires de **BRITO**¹

Pós-Doutorado pela Universidade do Minho (Portugal)

Doutora e Mestre em Semiótica e Linguística Geral/USP

Docente e Coordenadora do Núcleo de Estudos Lusófonos do Programa de Pós-Graduação em Letras, do Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie

RESUMO

Partindo de exemplificação encontrada na linguagem em uso, este artigo procura apresentar possibilidades de aplicação de conceitos funcionalistas expostos a alguns tópicos gramaticais no campo da sintaxe das relações, estudando-se, aqui, aspectos da concordância verbal.

PALAVRAS-CHAVE: Língua em uso. Concordância verbal. Funcionalismo.

Preliminares

A boa formação de um enunciado em uma língua requer que, ao lado de uma satisfatória combinação dos elementos operadores do plano *semântico* (por meio do qual veiculamos as informações do universo bio-psico-social), a combinação linguística respeite determinadas condições de natureza *sintática*. Assim, podemos pensar na relevância da questão da *concordância*, uma vez que a gramaticalidade do discurso depende, dentre outros fatores (como, por exemplo, a ordenação dos elementos na frase) da conformidade com as normas gramaticais que regem a ligação entre os seus vários elementos.

Diz-se que “existe concordância entre duas expressões linguísticas quando elas possuem determinadas propriedades em comum e essa coincidência de propriedades é uma condição necessária para a gramaticalidade do discurso” (PERES e MÓIA, 1995: 443). Existem, portanto, alguns valores, expressos através de morfemas gramaticais (sufixos flexionais), que devem ser considerados no tocante à concordância em português:

quanto ao gênero: masculino e feminino;
quanto ao número: singular e plural;
quanto à pessoa gramatical: primeira, segunda e terceira.

¹ Endereço eletrônico: reginahelena.brito@mackenzie.br

No entanto, nem todas as palavras variam quanto a todos esses morfemas, sendo necessário que se verifique quais os valores se aplicam a cada uma das classes gramaticais a fim de entendermos os processos de concordância do português:

flexão de gênero: artigos, adjetivos, substantivos, alguns pronomes, certos numerais, formas verbais participiais;
flexão de número: artigos, adjetivos, substantivos, alguns pronomes, certos numerais, verbos;
flexão de pessoa gramatical: verbos e alguns pronomes².

Concordar é, portanto, harmonizar, estabelecer pontos comuns entre as palavras: em número e pessoa para os verbos e alguns pronomes e em número e gênero para os substantivos, adjetivos e palavras adjetivas.

Para tratar de aspectos da concordância verbal, este texto² adota perspectiva vinculada aos estudos funcionalistas, que procuram descrever aspectos da gramática e explicar por que a forma linguística é como é. Caracteriza-se, assim, o funcionalismo em linguística pela sua tendência a enfatizar o caráter instrumental da linguagem, verificando o “modo como os usuários de determinada língua se comunicam eficientemente” (NEVES, 1997, p. 2) ou, ainda, a constatação de como se dá a comunicação com esta língua.

Atente-se para o fato de que, nesta abordagem, denominações como falante/ouvinte, codificador/decodificador, emissor/receptor, etc, vão sendo substituídas pela expressão “usuário de língua” – o que parece bem apropriado, uma vez que a linguagem é concebida como um processo de interação, segundo o qual o indivíduo USA a língua não apenas como veículo para exteriorizar pensamentos ou veicular informações, mas também como instrumento para realização da interação humanas – nas palavras de Travaglia (2007, p. 23):

A linguagem é pois um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico. Os usuários da língua ou interlocutores interagem enquanto sujeitos que ocupam lugares sociais e 'falam' e 'ouvem' desses lugares de acordo com formações imaginárias (imagens) que a sociedade estabeleceu para tais lugares sociais. (TRAVAGLIA, 2007, p. 23)

² Ver BRITO (1998).

Neste sentido, pode-se considerar que a orientação funcionalista preocupa-se com a capacidade do usuário de empregar satisfatoriamente a língua nas diversas situações de comunicação, ou seja, de uma maneira interacionalmente satisfatória (MARÇALO, 1992). Isto se deve ao fato de o discurso estar intimamente ligado à situação de comunicação, uma vez que o usuário sofre influências de uma série de fatores (como tipo de tópico, contexto físico, número e *status* dos participantes...) no momento em que usa a língua – daí a necessidade de se descrever o funcionamento da língua em situações reais de comunicação.

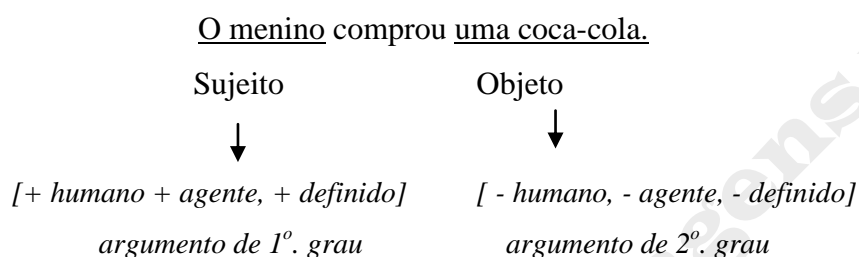
Sobre concordância verbal

Uma regra de concordância básica na língua portuguesa é a que impõe a concordância em pessoa e número da forma verbal com o seu sujeito, consistindo numa coincidência de propriedades morfológicas entre sujeito (função sintática) e verbo (classe de palavra). Sendo o verbo o elemento central da oração, todos os demais elementos que entram na sua composição estão em relação de dependência do verbo (CHAFE, 1979). Além das referências ao mundo físico ou psicológico, toda forma verbal contém uma estrutura de relação que se define por um conjunto de lugares vazios – ou *argumentos* – os quais devem ser preenchidos no momento em que um verbo passa a ser utilizado.

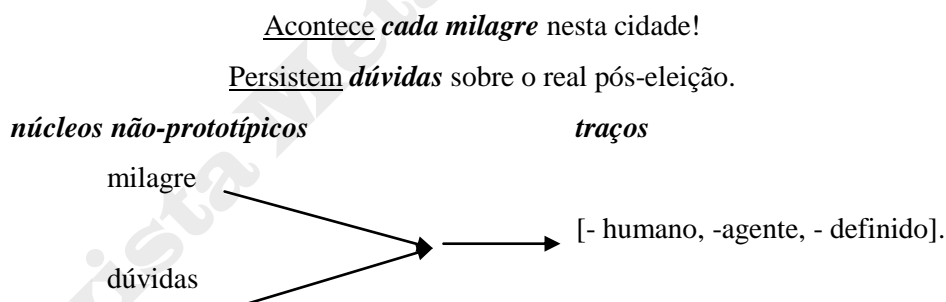
Diante disso, qualquer falante do português sabe, intuitivamente, que um verbo como COMPRAR, por exemplo, tem dois argumentos: o sujeito seria o argumento de primeiro grau que completa, à esquerda o significado verbal “alguém que compra” (o “agentivo”) e o objeto seria o argumento de segundo grau, que completa, à direita, imediatamente, o significado verbal “alguma coisa que é comprada” (o “objeto afetado”). Assinala Borba (1996, p. 13):

O sujeito é, quanto ao conteúdo, o ponto de apoio ou de referência do predicado, ou, então, sua localização ou suporte. Estruturalmente deve ser entendido como função que, num esquema oracional do tipo SN + sintagma verbal, não faz parte da estrutura interna do sintagma verbal, ou seja, representa um argumento realizado numa posição exterior à projeção máxima definida pelo predicado; sua posição neutra é antes do verbo. (BORBA, 1996, p. 13)

Partindo-se da estrutura oracional canônica do português S-V(O), verifica-se que a posição prototípica (padrão) do sujeito é quando este se encontra anteposto ao verbo. Nessas condições, podemos considerar como traços semânticos característicos do sujeito: + *humano*, + *agente*, + *definido*. Quando a estrutura argumental do verbo assim o permitir/exigir, encontraremos do outro lado o objeto, cujas características semânticas seriam: - *humano*, - *agente*, - *definido* (NEVES, 1997). Ilustrativamente, num enunciado em que sujeito e objeto estão em posição prototípica, temos:



Normalmente, quando o sujeito é posposto ao verbo (ou seja, em posição não-prototípica), será porque este não apresenta os traços semânticos característicos, como em:



Exemplos da posição pós-verbal dos sujeitos não-prototípicos podem ser encontrados na linguagem veicular³, como:

³ A indicação das publicações de onde foram retirados os exemplos aparece entre parênteses, obedecendo às seguintes abreviaturas: **REVISTAS**: Kg – Kalunga; Cp – Capricho; PC – PC Magazine; Vc – Você S.A.; Cd – Cláudia; **JORNAIS**: FSP – Folha de São Paulo; DP – Diário Popular; JT – Jornal da Tarde; NP – Notícias Populares.

- Primeiro, foram os velhos botões do casaco da vovó; vieram as tampinhas de garrafa; depois os botões de acrílico (...) virou um clássico para todas as idades. (Kg, abril/98, p. 103)
- Começa a primeira Copa Brasil de Futebol de Robôs. (FSP, 22/4/98. p. 5-1)

Muitas vezes, esse deslocamento do sujeito para uma posição não-prototípica pode prejudicar a efetivação da concordância:

- "O lugar onde ficava os livros virou o cantinho do computador." (Cp, out/97, p. 26)

Nesses casos, a interpretação que se faz do sujeito posposto é sempre a de um “não agente”, como ocorre com “os livros” no exemplo anterior, e também em enunciados como:

A partida estava boa, mas faltou o Neymar.



sujeito em posição não-prototípica

Neste caso, a posição não-prototípica direciona a interpretação: na opinião do emissor, seria uma partida melhor se Neymar, que não estava escalado para entrar em campo, jogasse. Confrontando-se essa interpretação com a que se tem antepondo-se o sujeito (“o Neymar”), vamos tomá-lo, agora, como agente, ou seja, embora sua presença estivesse programada, o jogador não compareceu:

A partida estava boa, mas o Neymar faltou.

Esta concordância com a posposição do sujeito, contudo, nem sempre é efetivada pelos falantes, sendo a violação deste princípio responsável por muitas das dificuldades nesta área da sintaxe portuguesa.

Com efeito, Rodrigues Lapa (1982, p. 158) aponta, além desse deslocamento posicional do sujeito, outros motivos que explicam as situações de ausência de concordância gramatical:

um, que consiste em concordar as palavras não segundo a letra mas segundo a ideia; outro, segundo o qual a concordância varia conforme a posição dos termos do discurso; e um terceiro, que traduz o propósito de fazer a concordância com o termo que mais interessa acentuar ou valorizar. (LAPA, 1982, p. 158)

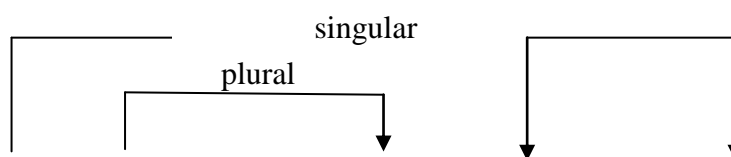
Verifica-se esse tipo de ocorrência, por exemplo, nos casos em que o sujeito está representado por expressões partitivas (*parte de..., uma porção de..., o grosso de..., a maioria de..., a maior parte de..., grande número de..., grande parte de..., a quantidade de..., metade dos...*) seguida de um substantivo ou pronome no plural. Segundo as regras de concordância, o verbo pode ir para o singular ou para o plural, com a ressalva de que o uso do singular (concordando com a expressão partitiva) demonstra ênfase ao conjunto, ao todo:

- “**A maior parte dos deputados e senadores vota** sempre pensando no seu futuro pessoal”. (FSP, 31/12/96, C-1, p. 2)
- “Não é preciso ser um gênio para prever que **grande parte dos produtos de software ocupará** mais espaço em disco e consumirá mais ciclos de CPU”. (PC, jan/98, p. 62)

Ao flexionar-se o verbo no plural, são postos em relevo os vários elementos que formam esse conjunto:

- “Na Sérvia, **a maioria dos meios de comunicação são controlados** pelo presidente Slobodan Milosevic”. (FSP, 28/12/96, C-2, p. 1)
- “**A maioria dos grandes administradores de recursos de terceiros**, principalmente os grandes bancos, **cumpriram** o prazo”. (FSP, 22/04/98, C-2, p. 1)

Ocorrência, como a seguinte, esclarece as duas possibilidades de concordância, pois o autor (descuidada ou intencionalmente) estabeleceu, com a mesma expressão, as duas concordâncias:



“A maior parte das pessoas que se comunicam mal pensa que se comunica bem”. (Vc, abril/98, p. 8)

Houve uma concordância ditada pela proximidade de um elemento prototípico (a forma “pessoas”) que estaria sendo retomada pelo relativo “que” – o que justifica o uso de “comunicam” – e outra concordância ligada ao núcleo sintático da oração – “parte” – pensa/comunica. É esta a posição da gramática normativa, que assim explica uma ou outra opção de concordância:

A cada uma destas possibilidades corresponde um novo matiz da expressão. Deixamos o verbo no singular quando queremos destacar o conjunto como uma unidade. Levamos o verbo ao plural para evidenciarmos os vários elementos que compõem o todo. (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 488)

Outros elementos aparecem ao se analisar a concordância com tipos de sujeito estruturalmente complexos, como se verifica em:

A + metade + da + população...

Um + trecho + desta + avenida...

Aquele + grupo + de + cantores...

Grande + parte + dos + deputados...

constituídos de:

Artigo
Numeral
Pronome
Adjetivo

+ + DE (+artigo/pronome) +

núcleo sintático da construção

nome que determina os traços semânticos

Considerando o núcleo sintático da construção (cf. PERES e MÓIA, 1995, p. 70-80), as construções envolvendo sujeitos com uma estrutura de quantificação complexa podem ser divididas em, pelo menos, três grupos:

- 1º. *quantificadores de contagem*, que traduzem quantidade de objetos, absoluta (milhão, dezena...) ou relativa (metade, terço, maioria, quantidade, parte);
- 2º. *quantificadores de medição*, que delimitam partes de entidades (parte, trecho);
- 3º. *nomes de referência dependente*, que sozinhos não referem objetos, mas combinados com nomes permitem referir coleções de objetos, sem as quantificarem (grupo, conjunto, bando).

Essas expressões tendem a comportar-se como núcleo do sujeito, sendo, portanto, responsáveis pela determinação da concordância com o verbo e, quando for o caso, com o predicativo do sujeito. Assim, do ponto de vista morfossintático, podem combinar-se com artigos, pronomes demonstrativos, numerais, etc – como a generalidade dos nomes. Por exemplo, em:

- “A *maior parte das empresas*, por questões econômicas, *utiliza* impressoras compartilhadas em rede”. (PC, mar/98, p. 66)

O núcleo do sujeito – **parte** – é um quantificador e, como os pronomes em geral, é palavra referencial, ou seja, aquela que por si só nada significa. Caso se dissesse: A *maior parte*, por questões econômicas, *utiliza* impressoras compartilhadas em rede, seria necessária uma referência para se saber de que “parte” se trata – referência que é oferecida na sentença original por meio do complemento preposicionado “das empresas”. É por isso que se admite a possibilidade da concordância com a referência do quantificador, em vez de fazê-la com o núcleo do sujeito.

Desta forma, estas construções (muitas delas enquadradas na classe dos numerais), embora sejam morfologicamente nominais, acabam não se comportando semanticamente como a maioria dos nomes, uma vez que não servem para referir elementos equiparáveis num modelo representativo do mundo que nos cerca:

- “**Um quarto dos exames** obteve média inferior a 3,5”. (Cd, fev/97, p. 65)
- “**Uma parte da rodovia** Presidente Dutra **está fechada** para obras de recapeamento”. (DP, 22/10/97, p. 9)

Por vezes, no entanto, a concordância pode não se efetuar com o núcleo do sujeito, fugindo ao padrão estabelecido pela estrutura sintática: o verbo deixa de concordar com o núcleo do sujeito para concordar com o substantivo subsequente. Neste caso, em que há a concordância com um “segundo” núcleo, temos a chamada “concordância ideológica” ou “silepse”. Este tipo de concordância ocorre em expressões que, não obstante tenham um núcleo com forma singular, remetem para um conjunto de entidades – por isso é possível a concordância semântica (plural) e não a morfológica (singular). No entanto, não é somente esta a explicação, já que há casos como:

– concordância ideológica?

* Metade do cardume apareceram boiando.
singular singular plural

ao lado de

– concordância com o nome referencial

Metade dos peixes apareceram boiando.
singular plural plural

– concordância com o núcleo do sujeito ou com a forma singular do coletivo

Metade do cardume apareceu boiando.
singular singular singular

Os exemplos mostram que a concordância plural – quando realizada – não decorre do sentido da expressão, mas sim, da forma plural do segundo núcleo. Assim, parece que a atribuição da concordância plural pode ser justificada não apenas pelo valor semântico de pluralidade (a chamada “concordância ideológica”) da expressão, mas também pela escolha sintática que o falante faz para concordar com o segundo núcleo – escolha justificada pela característica prototípica deste substantivo, possuidor dos traços do universo referencial. A seguir, algumas tabelas esquematizam este aspecto da concordância:

Tabela 1 – o verbo concorda com o quantificador ou com o substantivo:

Artigo Pronome Numeral + Adjetivo	Quantificadores de contagem +	DE +	Substantivo +	FORMA VERBAL
A	Metade	dos	alunos	retornou/retornaram
Grande	Parte	das	crianças	ficou calada/ficaram caladas
Dois	Terços	do	público	pagaram/pagou
A	Maioria	dos	eleitores	votou/votaram

Tabela 2 – o verbo e o predicativo concordam com o quantificador

Artigo Pronome Numeral + Adjetivo	Quantificadores de medição +	DE +	Substantivo +	FORMA VERBAL
Uma	Parte	do	casarão	foi destruída (“foi destruído”?)
Este	Trecho	da	rodovia	está interrompido (“está interrompida”?)

Tabela 3 – o verbo concorda com o nome que permite criar expressões denotadoras de entidades grupais (nome de referência dependente):

Artigo Pronome Numeral + Adjetivo	Nomes de referência dependente +	DE +	Substantivo +	FORMA VERBAL
Aquele	Grupo	de	professores	Organizou....
Este	Conjunto	de	quadros	Custou...
Uma	série	de	absurdos	Aconteceu...
Um	Bando	de	marginais	Depredou...

Em outros casos também aparecem estruturas complexas, que causam hesitação no falante quanto à concordância:

- 1º. determinante (pronome indefinido) + DE (artigo) + expressão nominal plural;
- 2º. numeral cardinal + EM CADA + numeral cardinal;
- 3º. numeral cardinal + POR CENTO.

Tabela 4 – o verbo concorda com o determinante:

Determinante +	DE (OS) +	Expressão nominal plural +	Forma verbal
Nenhum	dos	convidados	chegou...
Qualquer	dos	livros	Agradará

Tabela 5 - o verbo concorda com o numeral singular, UM:

Numeral cardinal UM +	EM CADA +	Numeral cardinal +	(substantivo plural) +	FORMA VERBAL
Um	em cada	dez	brasileiros	compra...

Tabela 6 – o verbo concorda com o primeiro numeral cardinal:

Numeral cardinal +	EM CADA +	Numeral cardinal +	(substantivo plural) +	FORMA VERBAL
Cinco	em cada	dez	brasileiros	compram...

Tabela 7 – o verbo concorda com o numeral cardinal:

Numeral cardinal +	POR CENTO DE +	Substantivo	FORMA VERBAL
Trinta	por cento da	população	estão desolados
Dez	por cento das	empresas	Faliram

Nem sempre a ausência de concordância morfológica significa a formação de uma sequência mal-formada. A língua portuguesa, muitas vezes, propicia ao seu usuário a possibilidade de optar livremente entre formas distintas. Por exemplo, nas frases em que se encontram sujeitos compostos pospostos, pode o verbo concordar com o sujeito mais próximo ou ir para o plural, observando as regras de prevalência para as pessoas gramaticais (1^a. sobre a 2^a. e esta sobre a 3^a.):

Número: singular Pessoa: 3^a.


Conseguirá o time alvi-negro, seus dirigentes e a psicóloga uma solução para a crise?

Número: plural Pessoa: 3^a.

Conseguirão o time alvi-negro, seus dirigentes e a psicóloga uma solução para a crise?

Essa aparente liberdade acaba por provocar problemas em diversos casos nos quais não se tem tal mobilidade. São situações em que se fosse observado o princípio fundamental da concordância verbal em língua portuguesa (número do sujeito = número do núcleo do sujeito = número da forma verbal) tais dificuldades, a princípio, não surgiriam. É o que se pode verificar, por exemplo, em sequências com a presença de um complemento ou modificador no sintagma nominal do sujeito com números diferenciados:

São?/É? de sua responsabilidade *o* **resgate** **de duzentos títulos**.


 núcleo: *singular* modificador: *plural*

No exemplo anterior, há um sujeito no singular, não-prototípico [- humano, - agente], deslocado para uma posição pós-verbal (e, portanto, numa posição também não-prototípica), com um núcleo singular e um complemento plural, ensejando um verbo no singular. No entanto, o falante pode acabar construindo uma sequência com a forma verbal no plural em decorrência de um processo de contaminação sintática (ou de cruzamento de construções), tomando-se o modificador como se fosse o sujeito e fazendo-se uma concordância "cruzada" que tende a ser condenada pela gramática normativa, mas que se mostra representativa da língua cotidiana:

São de sua responsabilidade *o* *resgate* *de duzentos títulos*.

Este tipo de contaminação ocorre, justamente, por se ter um núcleo não-prototípico. Neste sentido, outro caso de contaminação pode ser constatado em sequências construídas com a expressão "... por cento".

Segundo a gramática normativa, as expressões com percentual devem fazer a concordância canônica, isto é, devem concordar com ela, enquanto sujeito e, por isso, exigem o verbo no plural:

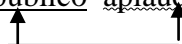
Sessenta por cento do público aplaudiram o show.



Concordância canônica: 3^a. pessoa do plural

Todavia, quando esta expressão estiver acompanhada por palavras referenciais – lembrando-se de que o núcleo prototípico é sempre uma palavra referencial ao mundo psico-físico –, pode ocorrer uma contaminação na concordância, dando origem a sequências como:

“Sessenta por cento do público aplaudiu o show”. (JT, 25/08/97, p. 11)



Concordância “contaminada”: 3^a. pessoa do singular

A presença de substantivos coletivos pode levar o usuário à ideia de sentido plural, em construções como:

- “No interior de São Paulo, um **casal** de aposentados, de 65 e 68 anos, **morreram asfixiados**”. (DP, 24/07/96, p. 5)
- “O ex-microempresário Joel Ferreira faliu há três meses. Hoje engrossa o **pelotão** que **querem retomar** a antiga profissão”. (FSP, 1/08/96, C - 6, p. 1)
- “A **dupla** de videomakers Valerie Fariss e Jonathan Dayton **ganharam** outro prêmio este ano: agora foi o clipe '1979’”. (DP, 30/12/96, p. 11)

O falante, nestas circunstâncias, oscila entre uma concordância gramatical (ou morfológica) e uma concordância “semântica”. Na linguagem veicular, o conteúdo semântico das expressões tende a prevalecer sobre a sua forma morfológica. Também oferecem dúvidas aos falantes as chamadas orações equativas. Este tipo de oração é aquele que possui, no sintagma verbal, um verbo do tipo copulativo (ser, estar...) e os componentes mórficos dos sintagmas nominais (sujeito e predicativo) constituem-se por elementos do mesmo nível mórfico (substantivo / substantivo; adjetivo / adjetivo, etc.):

↳ São Paulo *é?/são?* as marginais alagadas, a praça da Sé cheia de camelôs e drogados.

↳ Meu escritório *é?/são?* duas cadeiras e uma mesa.

Conforme a gramática normativa, estando o verbo “ser” entre dois substantivos de números diversos, ambos comuns, a concordância realizar-se-á de acordo com o sentido que se quer dar à frase, isto é, deve-se concordar com o termo que se quer enfatizar. A esse respeito, Rocha Lima (1997, p. 405) coloca:

Estando o verbo *ser* entre dois substantivos de números diversos, ambos comuns -, o que vai orientar a concordância é o sentido da frase: ela se fará com o termo a que se quiser dar maior relevo, isto é, com o elemento mais importante para quem fala.

Exemplo: '*Justiça é tudo, justiça é as virtudes todas, justiça é religião (...)*' (Almeida Garrett)

Já na seguinte de Camilo Castelo Branco:

'O horizonte da terra mais afastado são cordilheiras agras',

a impressão que deve surpreender o leitor - elemento afetivamente predominante - se concentra no predicativo *cordilheiras agras*.

A verdade é que campeia certa arbitrariedade de construção. (ROCHA LIMA, 1997, p. 405)

Esta parece uma posição imprecisa, pois deixa de lado uma explicação sintática, em detrimento de uma colocação de ordem semântica. Conforme salienta BORBA (1979, p. 38-39):

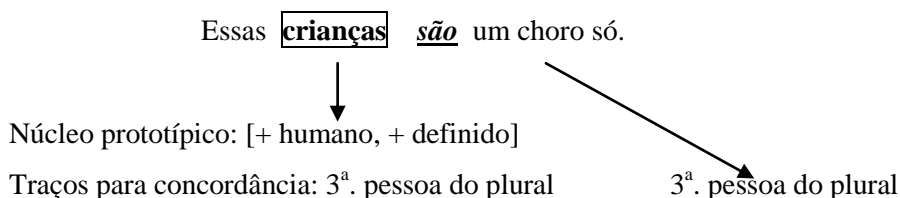
A observação das línguas indo-européias faz enraizar o conceito de que a concordância diz respeito a uma conformidade morfológica entre os termos envolvidos. Por isso, as discrepâncias são interpretadas como concordância ideológica. Assim se explica o caso de concordância em que o coletivo (morficamente singular) leva o verbo para o plural (...) ou a silepse (...). Na verdade, o aspecto mórfico é apenas uma consequência da identidade ideológica. Quando se diz que o verbo (predicado) concorda com seu sujeito em número, quer-se dizer que à ideia singular do sujeito corresponde uma ação no singular e, do mesmo modo, que a um sujeito plural corresponde uma ação no plural. (...) (BORBA, 1979, p. 38-39)

Na verdade, o que se observa é uma preferência dos falantes para o uso do plural, devido à *teoria das formas marcadas*, que faz prevalecerem as formas do plural, as femininas, e as primeiras e segundas pessoas. Assim, nota-se uma tendência à concordância com o predicativo, caso o núcleo do sujeito não seja prototípico, como ocorrem nos exemplos abaixo, cujos núcleos do sujeito são os substantivos “resultado” e “opção” [- humano, - agente]:

- "O resultado são extensas montanhas de topo aplainado, vales, desfiladeiros e formações geológicas trabalhadas pela erosão das chuvas e dos ventos." (Kg, abril 98, p.113).

- "Uma boa opção de réveillon no Guarujá (SP) são as festas organizadas por hotéis da cidade." (FSP, 30/12/96, C- 4, p.3)

pois se o núcleo do sujeito for prototípico, teremos uma concordância canônica:



Ressalta-se, também, que, pelo fato de a língua portuguesa ter sofrido alterações profundas na área da concordância, não se pode – como nos demais domínios gramaticais acaba ocorrendo – tomar como modelo os exemplos de autores clássicos. Para Lapa (1982, p. 158-159):

No sistema da concordância dá-se precisamente o contrário do que sucede em outros domínios da história do idioma: os exemplos da língua antiga autorizam as maiores irregularidades da língua moderna. Qualquer dos exemplos de construção irregular por nós apresentados é verdadeiramente inofensivo, se o compararmos às audácias dos escritores bem vernáculos dos séculos XVI e XVII. (...) O que hoje se afigura aos olhos de um gramático um erro ou uma impropriedade foi largamente empregado pelos nossos melhores escritores clássicos. Camões, em tudo criador e genial, usou largamente de todas essas liberdades de concordância. É que, de um modo geral, o sistema da concordância tem evoluído de forma que se têm refreado as liberdades da silepse em benefício da concordância literal. (LAPA, 1982, p. 158-159)

Analisando a questão da concordância verbal e retomando algumas considerações já esboçadas, elencamos mais alguns casos em que pode haver alguma hesitação dos falantes, o que, eventualmente, provoca uma ausência de concordância. Para tanto, consideram-se as seguintes condições, que podem aparecer conjugadas ou não:

- falsa analogia com uma regra de concordância;
- presença de uma expressão intercalada entre o sujeito e o verbo;
- posição pós-verbal do sujeito.

A partir dos exemplos abaixo:

(A) “Por isso, não há possibilidade de existir dois ou mais ganhadores com o mesmo número”.

(NP, 24/10/97, p. 2)

(B) “Existe realmente chances de o Corinthians descer”. (NP, 24/10/97,p. 15)

observam-se três fatos que prejudicam o estabelecimento da concordância:

I – a posposição do sujeito: (A) “existir dois ou mais ganhadores”

(B) “existe realmente chances”

II – Em (B) tem-se, ainda, a intercalação do adjunto adverbial entre o verbo e o sujeito (ou seja, falta de adjacência), o que distancia o verbo do sujeito e dificulta um pouco mais a concordância.

III – a maioria das gramáticas informa que o verbo haver no sentido de ‘*existir*’, ‘*acontecer*’ ou ‘*fazer*’ é impessoal, formando orações sem sujeito e ficando obrigatoriamente na 3ª pessoa do singular.

O falante, provavelmente por uma falsa analogia, inverte a regra e passa a aplicá-la ao verbo *existir* que, na verdade, é pessoal, devendo concordar normalmente em número e pessoa com o núcleo do sujeito. É o que observamos nas versões abaixo:

(A’) Por isso, não há possibilidade de existirem dois ou mais ganhadores com o mesmo número.

(B’) Existem realmente chances de o Corinthians descer.

A ordem das palavras na frase portuguesa é relativamente livre, o que proporciona uma série de possibilidades de construção em relação às necessidades comunicativas. Se a disposição dos elementos na frase tem uma função essencialmente sintática (VILELA, 2001, p. 300) e, portanto, comunicativamente neutra, a intenção do falante pode alterar essa ordem e influenciar a sua função comunicativa. O valor

comunicativo é de responsabilidade do falante: depende do papel que lhe é atribuído pelo sentido naquele momento de comunicação e não do tipo de elemento frásico ou da sua função sintática.

O que ocorre normalmente é a articulação *tópico-comentário*. Numa manchete como:

“Classe média pagará mais à Previdência” (FSP, 15/02/98)

a frase se inicia com o elemento frásico que representa para o leitor algo conhecido, ao qual se ligam os demais elementos num valor comunicativo mais elevado. Isto é, a “tematização” do sujeito representa a forma neutra (ou prototípica) quanto ao efeito comunicativo, pois corresponde à expectativa sintática normal.

Na língua portuguesa, as expressões que desempenham a função sintática de sujeito normalmente ocorrem no início da frase, imediatamente antes do verbo. Configurando-se o português como uma língua SVO (sujeito - verbo - objeto), o sujeito tende a desempenhar, nesse tipo de sequência, a função de tópico: primeiro se anuncia o item do qual se falará e, em seguida, declara-se algo sobre ele. Assim, valendo-se da ordem canônica sujeito-verbo, o falante estará transmitindo informações consideradas centrais para o ouvinte:

Alemanha apoia EUA contra Iraque (JT, 08/02/98, p. 1)

S V O

Apesar disso, frequentemente se encontra o sujeito posposto ao verbo, caracterizando a ordenação verbo-sujeito (VS), quando o sujeito passa a ser não-tópico (ou seja, transmitem-se partes da mensagem que não estão sendo apresentadas como foco de atenção para o interlocutor), podendo ser reanalisado como objeto. Nestas condições, por vezes, o usuário passa a não reconhecer a função sintática, deixando de efetuar a concordância imposta pela sintaxe (sujeito / verbo).

Essa reorganização faz com que o sujeito, ao abandonar sua posição prototípica, passe não só a ocupar a posição de objeto (que é não-marcada), mas também a assumir “parte do comportamento sintático e semântico do objeto: não é tópico, tende a não concordar com o verbo, tende a ser novo, indefinido e não-referencial” (VOTRE, 1996,

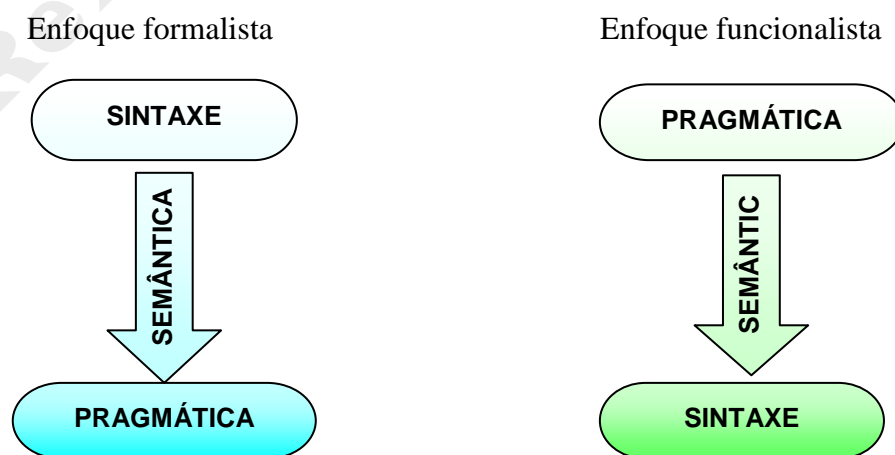
p. 116). Nesse processo de reanálise, no qual o sujeito plural posposto passa a ser interpretado como um objeto, encontra-se justificativa para o baixo índice de concordância nesse tipo de orações. Além disso, verifica-se uma tendência de o verbo ser utilizado na terceira pessoa do singular. Em contrapartida, a posição prototípica do sujeito (anteposto ao verbo) normalmente favorece a preservação da concordância.

Finalizando

Como se verifica, numa abordagem funcionalista, a ordem das expressões linguísticas, escolhida para veicular determinada informação, apresenta um caráter extremamente complexo, na medida em que se consideram as *relações funcionais* que passam a se estabelecer. Tais relações encontram-se distribuídas em três níveis distintos (PEZATTI, 1994, p. 42-43), compreendendo:

funções semânticas: especificam os papéis que os referentes exercem dentro do “estado de coisas” designado pela predicação em que ocorrem (agente, meta, recipiente);
funções sintáticas: especificam a perspectiva da qual é apresentado o estado de coisas na expressão linguística (sujeito, objeto);
funções pragmáticas: especificam o estatuto informacional dos constituintes dentro do contexto comunicativo mais abrangente em que ocorrem (tema/rema; tópico/foco).

Considerando-se as três dimensões constitutivas da linguagem, a relação entre estas funções procura refletir o princípio norteador do enfoque funcionalista: o componente pragmático, mais abrangente, engloba o semântico e o sintático:



Para o funcionalista, deve-se subordinar o estudo da estrutura do sistema linguístico ao seu uso. Desta forma, as expressões verbais devem ser descritas de acordo com o contexto social em que são enunciadas, uma vez que os elementos pragmáticos enquadram os signos num sistema de normas e usos sociais, determinando a ação discursiva (NEVES, 1997).

Neste sentido, analisando-se a colocação das palavras (SVO e VS), deve-se considerar o fato de que toda forma linguística é enunciada em um contexto determinado, com um propósito específico. Cabe à gramática funcional, portanto, revelar as propriedades das expressões linguísticas em função das regras que direcionam a interação verbal. Vale dizer que, embora a função sintática e a interpretação semântica permaneçam as mesmas, a posição dos sintagmas revela diferenças na forma de apresentação da informação.

Com efeito, a posição dos elementos na frase desempenha papel fundamental para a interpretação das funções sintáticas, não só para definir as funções de sujeito e complemento, os valores de tópico ou comentário e o peso comunicativo de cada elemento, mas também para a realização e manifestação da concordância. Por fim, é preciso que se pense na concordância verbal menos como uma questão de imposição de regras e mais como um mecanismo dependente da intenção do falante numa dada situação de interação comunicativa. O que se pretendeu destacar é que o critério gramatical é importante, mas não está sozinho:

mesmo quando convém a correção de um procedimento linguístico (porque marca desfavoravelmente o indivíduo do ponto de vista de sua posição social, ou porque prejudica a clareza e a eficiência de sua capacidade de comunicação, ou porque cria um cisma perturbador num uso mais geral adotado), é preciso saber a causa profunda desse procedimento, para poder combatê-lo na gramática normativa. (MATTOSO CÂMARA JR, 1997, p. 6)

Assim, se o indivíduo insiste em dizer “O pessoal chegaram tarde” e a gramática “corrige” para “O pessoal chegou tarde” – o que fazer? Tem-se, na verdade, uma diferença de *uso*, uma vez que cada uma das frases oferece uma interpretação da realidade: ao fazer a concordância no plural, o falante enfatiza a ideia de que “pessoal” significa um grupo composto por vários indivíduos; já a concordância singular, prescrita

pela norma culta, destaca a ideia de que o “pessoal” é um todo. Neste sentido, importa oferecer ao usuário da língua tanto a técnica da linguagem, quanto a possibilidade de ser capaz de usar a língua na sua multiplicidade de opções, tendo por parâmetro, conforme Mattoso Câmara Jr., “a clareza e a eficiência de sua capacidade de comunicação”.

Referências

- BORBA, F. da S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- BORBA, F. da S. *Teoria sintática*. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1979.
- BRITO, R. H. P de. *Contribuição para uma descrição funcional da língua portuguesa*. FFLCH, Universidade de São Paulo. [tese de doutoramento], 1998.
- CHAFE, W. (1979) *Significado e estrutura linguística*. [Trad. Maria Helena Moura Neves et al.] Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- CUNHA, C. e CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo* [1985]. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- LAPA, M. R. *Estilística da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- MARÇALO, M. J. *Introdução à Linguística Funcional*. Lisboa: ICALP, 1992.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. *Estrutura da língua portuguesa*. 22 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PERES, J. A. e MÓIA, T. *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.
- PEZATTI, E.G. Uma abordagem funcionalista da ordem de palavras no português falado. *ALFA – O funcionalismo em linguística*. São Paulo, UNESP, v.38, 1994. p. 37-56.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 34. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º. e 2º. graus*. [1996]11 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VILELA, M. *Gramática da língua portuguesa* [1995] Coimbra: Almedina, 2001.

VOTRE, S. Um paradigma para a linguística funcional. In MARTELOTTA, M. E. *et al.* *Gramaticalização no português do Brasil*. Uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1996. p. 27-44.

REVISTAS E JORNAIS

Revistas

CAPRICHOS. São Paulo. Editora Abril.

CLÁUDIA. São Paulo. Editora Abril.

KALUNGA. São Paulo. Editora Spiral.

PC MAGAZINE. São Paulo. Editorial América do Brasil.

VOCÊ S.A. São Paulo. Editora Abril.

Jornais

DIÁRIO POPULAR. São Paulo. Diário Popular.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo. Folha da Manhã.

NOTÍCIAS POPULARES. São Paulo. Folha da Manhã.

ABSTRACT

Based on exemplifications found in language in use, this article presents functionalist concepts of application possibilities exposed to some grammatical topics in the area of syntax relations by studying some aspects of verbal concordance.

KEYWORDS: *Language in use. Verbal concordance. Functionalism.*

Envio: abril/2015

Aceito para publicação: abril/2015